



04/12/2014 - Sinttel-ES

Na Oi, trabalhadores/as capixabas aprovam proposta de ACT 2014/2015

Em assembleias realizadas em Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, nesses dias 3 e 4 de dezembro/2014, os trabalhadores da Oi aprovaram a proposta da empresa para o Acordo Coletivo 2014/2015. Agora, os capixabas terão de aguardar as assembleias realizadas em outros estados, já que a negociação é conjunta.

Veja abaixo a proposta negociada com a Oi:

Reajuste salarial de 7% para os trabalhadores que recebem até R\$ 2.500 e de 6,34% para os demais, em dezembro;

Reajuste de 7% nos tíquetes, auxílio-creche, quilômetro rodado e auxílio-medicamentos em novembro;

Reajuste de 6,34% no aluguel dos veículos em

janeiro/2015;

Jornada de trabalho com 40h igual para todos em setembro/2015;

Adiantamento de 50% do décimo-terceiro em 10/01/2015;

Adiantamento de 50% do salário referente ao Placar, com pagamento previsto para cinco dias após aprovação em assembleia;

Tíquete-extra de R\$ 525,00 com crédito sendo feito cinco dias após aprovação em assembleia;

Diárias de viagem e mudança da data-base para setembro, com proposta de solução em 90 dias;

Vigência de dois anos, com rediscussão apenas das cláusulas econômicas em 2015;

Manutenção de todas as demais cláusulas já existentes.

Convergência Digital - 01/12/2014

Combate aos celulares piratas está congelado na Anatel

A julgar pelas informações da Anatel, está no congelador o projeto de implantação de um sistema de gestão de celulares com o objetivo de identificar os aparelhos sem homologação da agência reguladora – e que poderiam vir a ser bloqueados por conta disso.

Diz a agência que “o sistema está em operação com o objetivo de levantar estatísticas e construir a base de dados de terminais irregulares”. Mas também admite que “neste momento, não há definição quanto ao prazo de implementação das medidas”.

De sua parte, as operadoras alegam aguardar as definições da Anatel para os próximos passos no sistema. Quando começou a ser elaborado, estimou-se que custaria cerca de R\$ 10 milhões – valor a ser custeado pelas próprias empresas de telefonia

móvel.

Na semana passada, a Justiça voltou a se manifestar nesse assunto, provocada pela Associação Nacional de Defesa e Informação do Consumidor (Andicom), que há anos aciona a Anatel sobre o tema pedindo que todos os aparelhos sejam bloqueados se inseridos no Cadastro de Estações Móveis Impedidas, ou Cemi.

Esse cadastro é gerenciado pela ABR Telecom – a mesma empresa formada pelas operadoras para lidar com a portabilidade numérica. No caso do Cemi, no entanto, não há obrigação de as teles inserirem os números. A entidade quer tornar compulsório, mas a Justiça voltou a negar essa pretensão.

Leia mais em:

<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=38540&sid=8#.VIGfOTHF9q0>



04/12/2014 - Telesintese

Claro, Vivo e TIM pagam à vista a faixa de 700 MHz. Algar, só 10%. Governo fica com R\$ 5,077 bilhões.

Fontes da Anatel informam que não só a TIM pagou à vista pela faixa de 700 MHz, conforme comunicado lançado hoje ao mercado. Claro e Vivo também já fizeram o depósito à vista ou informaram que estão depositando integralmente o valor devido. Apenas a Algar Telecom preferiu seguir à risca as regras do edital, e depositou 10% do valor ofertado. Com isto, o governo deve ter arrecadado R\$ 5,060 bilhões. Nenhuma empresa quis pagar pelo menos mais R\$ 200 milhões cada uma para poder reutilizar a faixa de 1,8 GHz e cumprir metas do leilão de 2,5 GHz, pois as obrigações acabaram sendo pesadas demais. Conforme as fontes, a Claro pagou 100% da fatura. TIM e Vivo pagaram 97% da conta e Algar pagou só a primeira parcela, também com a contestação.

Fontes da Anatel informam que não só a TIM pagou à vista pela faixa de 700 MHz, conforme comunicado lançado hoje ao mercado. Claro e Vivo também já fizeram o depósito à vista ou informaram que estão depositando integralmente o valor devido. Apenas a Algar Telecom preferiu seguir à risca as regras do edital, e depositou 10% do valor ofertado. Com isto, o governo deve ter arrecadado R\$ 5,060 bilhões. Nenhuma empresa quis pagar pelo menos mais R\$ 200 milhões cada uma para poder reutilizar a faixa de 1,8 GHz e cumprir metas do leilão de 2,5 GHz, pois as obrigações acabaram sendo pesadas demais. Conforme as fontes, a Claro pagou 100% da fatura. TIM e Vivo pagaram 97% da conta e Algar só pagará a primeira parcela, também com a contestação.

Os depósitos também foram diferenciados entre aquelas que pagaram à vista. A Telefônica/Vivo, a primeira a fazer o pagamento, e a TIM pagaram 97% do valor cobrado, pois questionaram na justiça os R\$ 60 milhões a mais para cada uma que a Anatel teria cobrado. A Anatel afirma que seus cálculos estão certos, e que foram referendados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). As empresas argumentam que a diferença a mais cobrada pelo órgão regulador refere-se a uma base de cálculo que não está prevista no edital (ganhos com impostos pela antecipação do pagamento), e por isto foram à justiça.

A surpresa vem com a Claro, que, mesmo tendo reclamando do valor cobrado pela Anatel, pagou 100% da fatura. Fontes do grupo informam, porém, que a empresa vai questionar na justiça a diferença dos 3% a mais, só que traçou uma outra estratégia em relação aos concorrentes.

A Algar, por sua vez, questionará a diferença e, mesmo com os juros altíssimos que a agência está cobrando, informou que iria depositar apenas os 10% previstos e parcelar os demais desembolsos em cinco anos. Até meados da tarde de hoje, este depósito ainda não tinha sido feito.

Arrecadação

No leilão, a soma do valor ofertado pelas quatro operadoras, – que arremataram três licenças nacionais e uma regional – foi de R\$ 5,85 bilhões. (Claro, R\$ 1,947 bi; TIM, R\$ 1,947 bi; Vivo, R\$ 1,927 bi; e Algar R\$ 29,5 milhões). Mas a Anatel teve que descontar desta conta a parcela que caberia à Oi, de quase R\$ 900 milhões, para integrar o fundo que vai remunerar os radiodifusores para deixarem o espectro de 700 MHz.

Assim, o dinheiro depositado – muito bem-vindo para o Tesouro Nacional, que está enfrentando sérias dificuldades para fechar o caixa do ano – foi de R\$ 1,678 bi para TIM; R\$ 1,657 bi para a Vivo; R\$ 1,739 bi para a Claro e R\$ 2,637 milhões para a CTBC.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

04/12/2014 - Teletime

Faturamento da indústria de telecomunicações aumentará 9% em 2014

O ano do setor de equipamentos de telecomunicações deverá fechar com um acréscimo no faturamento de 9%, puxado pela expansão de 27% no faturamento de celulares – que compensou a queda de 5% na infraestrutura. Porém, de acordo com levantamento com dados preliminares da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) divulgado nesta quinta-feira, 4, essa tendência não se repetirá em 2015. A projeção da entidade é de que o faturamento em geral do setor seja de 4%, com aumento de 10% na infraestrutura, mas queda de 3% com handsets.

O diretor de telecomunicações da Abinee, Paulo Castelo Branco, explica que haverá crescimento em infraestrutura porque este ano de 2014 foi "complicado". Ele ressalta que "a diferença que existe mais forte é que os investimentos do primeiro ao terceiro trimestre de 2013 foram na ordem de R\$ 5,7 bilhões a R\$ 6 bilhões por trimestre, enquanto no quarto trimestre foi de R\$ 9 bilhões, uma puxada muito forte", explica. "Não acredito que neste ano (de 2014) tenhamos esse número tão expressivo no quarto trimestre. Essa redução de investimentos em infraestrutura chega ao faturamento das empresas que fornecem para operadoras", diz. Mas logo complementa que a queda de 5% no faturamento em infraestrutura previsto para este ano seja "exagerado, em vista do que vemos".

Castelo Branco destaca ainda que a indústria esperava que o leilão de 700 MHz fosse menos oneroso e viesse mais cedo. "E também chamou para as operadoras o financiamento da limpeza de faixa e proteção contra interferências, e isso pode ter consequências não para 2014, mas para 2015", declara.

O diretor da entidade diz que não teve queixa

com volume de investimentos, e que acredita ter havido "grande expectativa" com o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga (REPUBL). Castelo Branco considera, no entanto, que o plano Banda Larga Para Todos, com previsão de R\$ 60 bilhões em quatro anos, possa ser um acelerador de investimentos. "Tem também a questão da desoneração do M2M, mas me parece que o volume de investimentos nessa área é bastante reduzido. Espero que isso comece a ocorrer em 2015", pontua.

Números

A exportação dos produtos de telecomunicações em 2014 caiu 38%, totalizando R\$ 269 milhões. Entre os produtos mais exportados no setor, os componentes para o setor tiveram queda de 19%, total de R\$ 159 milhões. Já a importação caiu 3% (R\$ 2,782 bilhões), com os componentes para telecomunicações aumentando 7% (R\$ 7,105 bilhões).

Ano difícil

No geral, o setor de eletroeletrônicos teve queda de 7% no faturamento, totalizando R\$ 67,810 bilhões em 2014, com queda nas exportações (9%) maior do que a das importações (4%), deixando o saldo da balança comercial negativo, apesar do recuo de 3%. A quantidade de empregos também caiu 2%, e os investimentos encolheram 5%. "Queremos que o ano acabe logo. Foi um nível de atividade bastante ruim, diferentes segmentos tiveram dificuldades grandes", ressaltou o presidente da Abinee, Humberto Barbato. Segundo ele, entretanto, houve medidas que tornaram "a caminhada um pouco menos onerosa", como a renovação da Lei de Informática e da Lei do Bem.



03/12/2014 - Portal Vermelho

Banco Central volta a aumentar juros básicos, que vão a 11,75% ao ano

Pela segunda vez seguida, o Banco Central (BC) reajustou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) aumentou nesta quarta-feira (3) a taxa Selic em 0,5 ponto percentual, para 11,75% ao ano. O órgão aumentou o ritmo do aperto monetário. Na reunião anterior, no fim de outubro, a taxa tinha sido reajustada em 0,25 ponto.

Em comunicado, o Copom reconheceu que decidiu intensificar o ajuste monetário para conter a inflação, mas informou que pretende ser cauteloso com os juros. "Considerando os efeitos cumulativos e defasados da política monetária, entre outros fatores, o comitê avalia que o esforço adicional de política monetária tende a ser implementado com parcimônia", destacou o texto.

A taxa está no maior nível desde meados de outubro de 2011, quando alcançou 12% ao ano. Em agosto daquele ano, a taxa Selic passou a ser reduzida sucessivamente pelo Copom até atingir 7,25% ao ano em outubro de 2012 – o menor patamar da história. A Selic foi mantida nesse nível até abril de 2013, quando o Copom iniciou novo ciclo de alta nos juros básicos para conter a inflação.

A taxa Selic é o principal instrumento do BC para manter a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), dentro da meta estabelecida pela equipe econômica. De acordo com o Conselho Monetário Nacional (CMN),

o centro da meta de inflação corresponde a 4,5%, com margem de tolerância de 2 pontos percentuais, podendo variar entre 2,5% (piso da meta) e 6,5% (teto da meta).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA acumulado em 12 meses estava em 6,59% em outubro. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, o IPCA encerrará 2014 em 6,43%. A estimativa foi mantida pela segunda semana seguida.

Por outro lado, o aumento da taxa Selic prejudica o reaquecimento da economia, que ainda está sob efeito de estímulos do governo, como desonerações e crédito barato. De acordo com o boletim Focus, os analistas econômicos projetam crescimento neste ano de apenas 0,19% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos pelo país).

A taxa é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve como referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la, o BC contém o excesso de demanda, que se reflete no aumento de preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas alivia o controle sobre a inflação.



04/12/2014 - Carta Maior

Emprego informal no Brasil cai de 55% para 40% em dez anos

Essa queda se deve às medidas voltadas ao aumento da arrecadação fiscal, ao fortalecimento da fiscalização, e às mudanças nas estratégias das empresas.



A informalidade do emprego no país caiu de 55% para 40% durante os últimos dez anos, segundo pesquisa encomendada pelo Instituto para Desenvolvimento do Varejo. A redução do emprego informal foi observada em todos os setores econômicos brasileiros. Os dados foram apresentados hoje (3) na capital paulista.

A maior queda ocorreu no comércio, cuja participação do emprego informal caiu 18 pontos percentuais em dez anos, passando de 54% para 36%. Na década, o comércio despontou como principal setor em termos de participação no emprego, superando o setor agrícola.

Os setores que mais concentraram trabalhadores informais foram o agrícola, de construção civil e empregos domésticos. Tiveram concentração média

de informalidade os setores de alojamento, alimentação, comércio, transporte, armazenagem, comunicação e indústria. As áreas que tradicionalmente empregam menos trabalhadores informais são administração pública, educação, saúde e serviço social.

Nesse parâmetro, nota-se uma migração dos trabalhadores para setores que concentram mais empregos formais. Há dez anos, 63% dos trabalhadores concentravam-se em setores de alta informalidade e, agora, o percentual caiu para 35%. Alguns setores com menor informalidade empregavam 14% da força de trabalho, passando para 43% atualmente.

No varejo, os subsetores farmácia, combustíveis, eletroeletrônico e alimentos conseguiram apresentar a maior redução da informalidade. De acordo com a pesquisa, essa queda se deve às medidas voltadas ao aumento da arrecadação fiscal, como a substituição tributária, ao fortalecimento da fiscalização e às mudanças nas estratégias das empresas, como a ampliação dos meios de pagamento eletrônico e o crescimento dos shopping centers.

Os setores que não reduziram significativamente a informalidade foram a construção e o vestuário. Eles mantiveram características da produção em cadeia, que ainda permitem práticas ou modelos de negócios informais em uma parcela relevante do mercado, mostra o levantamento.